

ESCOLA COMO ZONA DE CONTATO: ESPAÇO DE TRADUÇÃO DAS EMERGÊNCIAS

José Sérgio de Jesus

1. INTRODUÇÃO

Ferrarini (2008) sintetiza que a história da humanidade é permeada de distintos modos de produção e organização econômica, cultural e social. Desigualdade, pobreza e exclusão social sempre existiram mesmo que de formas variadas.

O capitalismo prioriza o aspecto econômico, expressando-se por meio do lucro. A ampliação dos mercados ocorreu por meio do colonialismo. O fortalecimento da organização dos trabalhadores possibilitou a materialização do ideário marxista. Todavia, o capitalismo financeiro/desorganizado possibilitou a mundialização do capital e o abalo da sociedade salarial, com a precarização do trabalho e descarte de trabalhadores pelo mercado.

Este é o cenário atual da sociedade pós-moderna ou pós-industrial, em que vivemos um momento transitório entre a concretude da modernidade e fluidez da pós modernidade. A certeza dá lugar à incerteza. A solidez do que era regulado e definido enfrenta a liquidez das coisas, que escorrem pelos dedos no fluir avassalador das novas tecnologias da informação e da comunicação e na volatilidade do capital.

A contradição encontra-se presente neste contexto, sem conseguirmos as respostas fáceis e certas que o conhecimento moderno dava, mas ainda sem a emancipação de novos conhecimentos, ou mesmo valorização de conhecimentos que se tornaram ausentes na modernidade.

Pereira e Carvalho (2008), ao discutirem a teoria de Boaventura de Sousa Santos, apontam que o autor sustenta que vivemos em um período de transição paradigmática, em que o paradigma da modernidade se encontra em declínio, em função do colapso do pilar da emancipação no pilar da regulação, fruto da convergência do paradigma da modernidade e do capitalismo.

Este período de transição tem duas dimensões, sendo uma epistemológica e outra societal. A primeira ocorre entre o paradigma dominante da ciência moderna e o paradigma emergente (conhecimento prudente para uma vida decente); a segunda ocorre do paradigma dominante (sociedade patriarcal, produção capitalista, consumismo individualista, identidades fortaleza, democracia autoritária e desenvolvimento global e excludente) para um conjunto de paradigmas que ainda não se sabe exatamente o que será (PEREIRA E CARVALHO, 2008).

Santos (2002c) postula que o projeto da modernidade possui duas formas de conhecimento: o conhecimento regulação e o conhecimento emancipação. Os pontos antagônicos do conhecimento regulação são o caos (ignorância) e a ordem (conhecimento); do conhecimento emancipação são o colonialismo (ignorância) e a solidariedade (conhecimento). A sustentação da regulação é composta pelo Estado, o mercado e a comunidade, enquanto na sustentação da emancipação encontram-se três formas de racionalidade: a estético-expressiva, a cognitivo-instrumental e por último a racionalidade prático-moral do direito. É o que se define como a *hipercientificização* da emancipação e a *hipermercadorização* da regulação.

Para tanto, Santos (2002) aponta três pontos de partida: i) a compreensão do mundo que ultrapassa em muito a compreensão do mundo ocidental; ii) a compreensão do mundo e a maneira como ela cria e legitima o poder social, tendo relação com as concepções do tempo e da temporalidade; e iii) concepção ocidental de racionalidade que contrai o presente e expande o futuro.

Machado et al. (2012) sintetizam que Boaventura de Sousa Santos objetiva com sua pesquisa não apenas fazer a crítica ao modelo hegemônico de racionalidade, que ele identifica como Razão Indolente, na perspectiva de Leibniz, mas lançar as bases de outro modelo, que o autor nominará de Razão Cosmopolita, e que se constitui procurando fundar três modelos sociológicos denominados: a) A Sociologia das Ausências; b) A Sociologias das Emergências; c) O Trabalho de Tradução.

Este ensaio objetiva analisar a instituição social escola como zona de contato e como o lócus do trabalho de tradução das emergências na sociedade

contemporânea. Para tanto, desenvolve a conceituação da sociologia das ausências, bem como a necessidade da construção de uma sociologia das emergências da sociedade pós-moderna.

Além disso, discute-se a definição e identificação de espaços para o trabalho de tradução destas emergências, especificamente as denominadas zonas de contatos, que são construções coletivas de encontros de diferentes mundos sociais na atualidade cosmopolita, buscando identificar a escola como um campo social de antagonismos que permite a elaboração de um discurso e prática de emancipação social.

O trabalho está estruturado em seis seções, sendo que a primeira compreende esta parte introdutória do ensaio, a segunda apresenta e discute o que é a sociologia das ausências, a terceira reflete acerca do fascismo social e a estratificação social, a quarta conceitua a sociologia das emergências e na quinta seção são debatidos os conceitos de zona de contato e trabalho de tradução, localizando a escola como campo social para a prática deste trabalho.

Na última seção, é realizada a análise conclusiva, buscando a interpretação dos conceitos à luz do contexto social em a sociedade pós-industrial está inserida, bem como a superação das diferenças maximização pelo processo de globalização por meio de espaços, como a escola, para construção simbólica, normativa, de conhecimento e de poder que mitiguem as desigualdades com as trocas que ali se estabelecem.

2. A SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS

Silva (2007) afirma que com a sociologia das ausências, proposta por Boaventura de Sousa Santos, ao denunciar o que está oculto e desqualificado, o que torna os fenômenos invisíveis, propõe uma nova racionalidade à realidade, pois os silêncios e invisibilidades sociais passam a ganhar visibilidade e concretude.

Para Santos (2005), a sociologia das ausências é a demonstração de que o que não existe é, de fato, aquilo que é produzido como não existente, ou seja, é como uma alternativa não-verdadeira ao que existe. Portanto, o objetivo da sociologia das ausências, é tornar objetos impossíveis em possíveis, objetos ausentes em presentes.

Para Santos (2005) existem cinco lógicas da cultura epistemológica dominante, assim definidas:

- a) Lógica da monocultura do saber ou do rigor do saber - atribui valor somente à ciência moderna como saber válido, não reconhecendo ou não legitimando outros saberes produzidos fora destes espaços.
- b) Lógica da monocultura do tempo linear – percebe a história como se tivesse um único sentido linear, como se a cultura sofresse um processo permanente de evolução, considerando outras culturas como atrasadas ou subdesenvolvidas.
- c) Lógica da naturalização das diferenças (classificação social) – interpreta as relações de força e dominação como se o domínio e poder de uns sobre outros fosse consequência e não causa da desigualdade social.
- d) Lógica da monocultura do universal e do global (escala global) – inferioriza o local diante do global.
- e) Lógica da monocultura dos critérios de produtividade e de eficácia capitalista (produtivista) – valoriza o lucro dos ciclos produtivos, passando a não existir aquilo que não é produtivo sob a perspectiva capitalista, classificando-o de forma pejorativa como desqualificado profissionalmente, estéril ou preguiçoso.

Estas lógicas, portanto, transformam o não-existente em o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo.

Sob esta ótica, há uma razão totalizadora, que por meio da ciência moderna impôs um processo em que se compreende e se age tendo como referência um todo que tem se sobrepõe às partes que o constituem. Este todo é hegemônico, sendo representado pelo capitalismo, pelos países centrais e seus agentes, pelo patriarcado e pelo homem. O que estiver fora destas referências é levado à ausência social ou a uma existência sem qualificação. Dessa forma, a sociologia das ausências procura desvelar a invisibilidade daquilo que não aparece e que foi produzida por relações sociais não justas e exploratória (PIZZIO; VERONESE, 2008).

Santos (2002c), todavia, reflete acerca das dificuldades em se construir uma teoria crítica, apontando como possíveis causas a concepção da teoria crítica moderna da sociedade como uma totalidade, que propõe uma alternativa total à sociedade que existe. O conhecimento totalizante é um conhecimento da ordem sobre o caos.

O mundo hoje é um lugar multicultural, que provoca uma permanente interpretação de suspeição contra supostos universalismos ou totalidades, o que tem surgido nos estudos sobre culturas, configurações transdisciplinares convergindo as variadas ciências sociais e os estudos da literatura, produzindo conhecimento crítico, feminista, antissexista, anti-racista, pós-colonial (SANTOS, 2002c).

Para Santos (2002c), para a teoria crítica pós-moderna todo conhecimento crítico tem que começar pela crítica do conhecimento. O conhecimento-emancipação, marginalizado e desacreditado em uma perspectiva moderna, percebe que a ignorância é o colonialismo e o colonialismo é a concepção do outro como objeto e consequentemente o não reconhecimento do outro como sujeito. Assim, conhecer é reconhecer, é progredir no sentido de elevar o outro da condição de objeto à condição de sujeito, o que é designado como solidariedade.

A racionalidade que domina o Norte influencia de forma profunda a forma de pensar, nas ciências, nas concepções de vida e de mundo. Esta racionalidade, conforme define Leibniz, é denominada razão indolente, que é preguiçosa, que não se exercita bastante para ver a riqueza do mundo, que se considera única e exclusiva. Esta razão se manifesta de diferentes formas, mas duas são particularmente importantes: a razão metonímica e a razão proléptica (SANTOS, 2007).

A razão metonímica que requerer a si como a única forma de racionalidade, representando a figura de linguagem que significa tomar a parte pelo todo. Possui um conceito de totalidade feito de partes homogêneas e nada que fica fora desta totalidade interessa. Por seu turno, a razão proléptica não se aplica a pensar o futuro, pois julga que sabe tudo sobre ele e o compreende como uma superação linear, automática e infinita do presente, conceito análogo

à figura de linguagem em que o narrador sugere claramente a ideia de que conhece bem o fim, mas não vai contá-lo (SANTOS, 2002; SANTOS, 2007).

Para superar as totalidades hegemônicas e excludentes e da razão metonímica deve-se questionar cada uma das lógicas ou modo de produção anteriormente referidas. Santos propõe alternativas a estas lógicas, representadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Alternativas das sociologias das ausências para as epistemologias dominantes

Lógica	Alternativa	Definição
Monocultura do saber e do rigor científico	Ecologia de saberes	Ideia de que os saberes não científicos são alternativos ao saber científico
Monocultura do tempo linear	Ecologia das temporalidades	Visa libertar as práticas sociais do seu estatuto de resíduo, restituindo-lhes a sua temporalidade própria e, assim, a possibilidade de desenvolvimento autônomo.
Classificação social	Ecologia dos reconhecimentos	Confronta com a colonialidade, procurando uma nova articulação entre o princípio da igualdade e da diferença, abrindo espaço para possibilidade de diferenças iguais – reconhecimentos recíprocos.
Escala global	Ecologia das trans-escalas	Recuperação do que no local não é efeito da globalização hegemônica.
Produtivista	Ecologia da produtividade	Recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária.

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Santos (2002).

A razão indolente contraiu o presente, desperdiçando uma infinidade de experiências, urgindo, assim, uma nova temporalidade para que mundo seja ampliado. Esta dilatação do presente se dá por intermédio de dois procedimentos que desestruturam a razão metonímica: a) a multiplicidade de totalidade, fazendo com que ela coexista com outras totalidades; e b) a emancipação das partes, por meio da afirmação de sua heterogeneidade e autonomia. Portanto, a sociologia das ausências é um procedimento em que se procura ampliar o mundo e dilatar o presente, transformando objetos impossíveis e ausências em presenças (MACHADO et al., 2012).

Em razão do momento de transição vivido pela humanidade, em que, segundo Santos (2003), vive-se um período no qual os problemas modernos carecem de soluções modernas, em que impera a desigualdade e a exclusão. Abandona-se a tensão entre regulação social a emancipação social, ou mesmo a própria transformação social, o que coaduna com uma agenda conservadora. Portanto, torna-se necessário reinventar esta tensão entre regulação social e emancipação social, em que o antigo contrato social da modernidade seja substituído por outro, menos vulnerável à lógica da exclusão. Isto se dá por meio de experiências sociais possíveis, que são expandidas pela sociologia das emergências.

Todavia, antes de analisar a sociologia das emergências é imprescindível compreender os riscos existentes no processo de se praticar uma alternativa ao capitalismo, que é a atuação massiva do fascismo social, como forma de exclusão e manutenção dos estratos sociais existentes.

3. O FASCISMO SOCIAL E A ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Santos (2003) afirma que o maior risco para a desmodernização ou contramodernização, que fomenta o crescimento estrutural da exclusão social é a denominada emergência do fascismo social, que é pluralista e produzido pela sociedade e não pelo Estado, sendo que existem quatro formas deste fascismo social, apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Formas de fascismo social

Forma	Definição
Fascismo do apartheid social	Divisão das cidades em zonas selvagens, do estado natural, e zonas civilizadas, do contrato social. Na civilizada, o estado atua como protetor e nas selvagens como predador.
Fascismo para-estatal	Usurpação das prerrogativas estatais por atores sociais poderosos. Ocorre pelo fascismo contratual – parte mais fraca aceita as condições impostas pela parte mais forte, ou pelo fascismo territorial – atores sociais detentores de grande capital disputam o controle estatal ou o neutralizam em territórios em que atuam.
Fascismo da insegurança	Manipulação discricionária do sentimento de insegurança das pessoas e dos grupos sociais vulneráveis pela precariedade do emprego ou por acidentes ou acontecimento desestabilizadores.
Fascismo financeiro	Controla os mercados financeiros, com movimentação dos fluxos de capital, sendo que os investidores buscam apenas

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Santos (2003).

Para o autor, há três tipos de sociedade civil: i) sociedade civil íntima – grupos sociais caracterizados pela hiper-inclusão; ii) sociedade civil estranha – misto de inclusão e exclusão social; e iii) sociedade civil incivil – grupo de pessoas totalmente excluídas.

Para o enfrentamento do fascismo social e promover possibilidades de inclusão da sociedade civil incivil é fundamental um outro direito e uma outra política, que o direito e a política da globalização contra-hegemônica e do cosmopolitismo político (SANTOS, 2003).

Não há apenas uma forma hegemônica de globalização, a neoliberal. Existem grupos que confrontam por meio das lutas sociais esta sociedade neoliberal, com a atuação de grupos sociais, redes, iniciativas, organizações e movimentos de tipo local, nacional e transnacional, que apresentam alternativas, com lutas paralelas travadas em diversos lugares (SANTOS, 2003).

A sociologia das emergências faz a interpretação de maneira expansiva das iniciativas, movimentos ou organizações que demonstram resistência à globalização hegemônica e à exclusão social e apresentam alternativas, em contraposição ao modelo neoliberal, o que se verá na próxima seção.

4. A SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS

Em um primeiro momento a sociologia das ausências identifica e dá valor às experiências desperdiçadas pela globalização neoliberal hegemônica. Em seguida, a sociologia das emergências tem como tarefa cognitiva a investigação e ampliação das alternativas concretas de futuro, por meio dos saberes, práticas ou sujeitos que foram ocultados pela racionalidade conservadora. É, portanto, uma ampliação simbólica, que busca aumentar e esperança e diminuir a frustração (SILVA, 2007).

Para Santos (2002), a sociologia das emergências amplia as experiências sociais. Quanto maior for a realidade verdadeira, mais amplo será o campo dos vestígios e dos futuros possíveis e reais. Se houver uma variada

multiplicidade e diversidade de experiências visíveis, maior será a expansão do presente e a contração do futuro.

A razão proléptica é criticada por meio da sociologia das emergências, pois ela permite o abandono da ideia de um futuro sem limites, substituindo-a por um futuro concreto, baseado nestas emergências. Ambas as sociologias (ausência e emergência) produzem uma grande quantidade de realidade que antes não existia, que é mais rica, mais fragmentada e mais caótica. Como a história não é linear, não há um roteiro a ser seguido, como o socialismo, por exemplo, mas há uma infinidade de possibilidades, com uma perspectiva aberta, para perceber que outro mundo é possível, um mundo cheio de alternativas e possibilidades (SANTOS, 2007).

A sociologia das emergências objetiva a criação do espaço-tempo necessário para valorizar as experiências e evitar o desperdício (MACHADO et. al., 2012).

Para tanto, segundo Pizzio e Veronese (2008), tem-se trabalhado em construção de um novo paradigma epistemológico-sócio-político em que se debata as transformações e realidades possíveis para além do capitalismo e para além das alternativas ao capitalismo elaboradas pela modernidade do Ocidente.

Como anteriormente apontado, na sociologia das ausências a multiplicação e diversificação ocorre por meio da ecologia dos saberes, dos tempos, das diferenças, das escalas e das produções, sendo que na sociologia das emergências se dá por intermédio do incremento simbólico dos sinais ou pistas de futuros possíveis, sendo campos sociais para esta multiplicidade ou diversidade: a) experiências de conhecimento – conflitos e diálogos possíveis entre distintas formas de conhecimento; b) experiências de desenvolvimento, trabalho e produção – diálogos e conflitos possíveis entre maneiras e modos de produção distintos; c) experiências de reconhecimento – diálogos e conflitos viáveis entre sistemas de classificação social; d) experiências de democracia – diálogos e conflitos possíveis entre a democracia representativa liberal e a democracia participativa; e e) experiências de comunicação e de informação – diálogos e conflitos possíveis, oriundos da revolução das tecnologias da

informação e da comunicação (fluxos globais e redes de comunicação independentes (SANTOS, 2002).

Quais os espaços existentes na sociedade pós-moderna que possam ser identificados como o local deste embate entre os diferentes modos de vida? É possível, por meio da luta cosmopolita, emergir um novo discurso e uma nova prática social, contra-hegemônica?

Estas são as questões centrais deste ensaio, pois com a extensão do presente e a contração do futuro, bem como pela construção de uma alternativa ao capitalismo e as formas de exclusão social, torna-se premente um espaço social, ou campo de debate, conflito e luta social para a tradução das emergências e definição de ações que possam mitigar o modelo vigente.

Esta discussão será feita a seguir, com a análise das zonas de contato existentes na sociedade atual e pelas formas de tradução possíveis das emergências.

5. A ESCOLA COMO ZONA DE CONTATO E TRABALHO DE TRADUÇÃO

Fica evidente que a sociologia das ausências denuncia o que está oculto, trazendo à tona saberes alternativos a uma cultura dominante e a sociologia das emergências traz uma proposta clara de alternativas concretas de futuro, trazendo-o para o presente, descongelando o chamado tempo glacial.

Ao invés de esperar um futuro que nunca chega, as sociologias da ausência e da emergência reduzem este tempo-espço, possibilitando a construção de uma hermenêutica diatópica, que compreende mutuamente os distintos universos de sentido das culturas que se envolvem no diálogo.

Trata-se, portanto, de possibilitar a interpretação de uma cultura por meio do diálogo entre elas, em uma perspectiva intercultural, ao invés de apenas compreender uma cultura a partir de outra. Assim, elas se entrelaçam, são tratadas na mesma magnitude.

Mas, como e onde este diálogo ocorre? Há um confronto social capaz de produzir novas possibilidades e alternativas ao capitalismo globalizado, unificador e avassalador que tem uma perspectiva totalizante, que promova o local e a inclusão social? É possível a escola ser este espaço?

Para Santos (2003), as zonas de contatos são exatamente os espaços ou campos sociais em que os diversos mundos de vida normativa se reúnem e se defrontam. As lutas cosmopolitas aí se travam. Apela-se a postulados culturais expansivos, que mobilizam recursos e energias, com trocas de poder muitas vezes desiguais.

Santos (2003) define zona de contato como:

[...] zonas em que ideias, saberes, formas de poder, universos simbólicos e agências normativas e rivais se encontram em condições desiguais e mutuamente se repelem, rejeitam, assimilam, imitam e subvertem, de modo a dar origem a constelações político-jurídicas de natureza híbrida em que é possível detectar o rasto da desigualdade das trocas (SANTOS, 2003, p. 44).

Na modernidade ocidental há duas zonas de contato: a zona epistemológica, onde se confrontam a ciência moderna e o saber ordinário e a zona colonial, em um embate entre o colonizador e o colonizado. A partir delas, constroem-se as zonas de contato reivindicadas pela razão cosmopolita. Somente o trabalho aprofundado de tradução possibilita a vinda para zona de contato dos aspectos que cada conhecimento ou cada experiência compreendem como centrais ou relevantes (SANTOS, 2002).

Machado et al. (2012) consideram que Boaventura de Sousa Santos, ao propor um Trabalho de Tradução, objetiva a promoção de interações inteligíveis entre as disparidades sem a supressão e redução de identidades como uma alternativa a qualquer Teoria Geral, especialmente relacionado à emancipação, por seu um procedimento de ordem da impossibilidade. Este trabalho tem como premissa que a realidade é incompleta e sempre aberta à complementaridade.

Para se criar esta inteligibilidade no interior da pluralidade o procedimento de tradução produz sentido, traduzindo saberes em outros saberes, práticas e sujeitos de uns aos outros, sem “canibalizar” ou homogeneizar. Trata-se, portanto, de um fenômeno intercultural, intersocial. É buscar o diálogo por meio do que é comum entre os diversos discursos, no sentido de construir um futuro melhor e uma sociedade mais justa (SANTOS, 2007).

Este é o princípio do que Santos (2007) denomina Epistemologias do Sul, que tem como ideia basilar que não há justiça global sem justiça cognitiva global, isto é, sem justiça entre os conhecimentos. Para isto, é preciso o relacionamento entre conhecimentos, por meio do procedimento de tradução, pois todos estes conhecimentos são incompletos, necessitando uma tradução entre eles, reexaminando sua relatividade e sua incompletude.

A questão é se a escola seria uma zona de contato em que seja possível realizar este Trabalho de Tradução.

A escola passou a ter a forma de organização, que mesmo não sendo a única possível, é baseada em ritos, exercícios, invocação e autoridade, silêncio, imobilidade, relações interpessoais, formais e burocráticas. Isto despersonaliza papéis e ou próprios atores sociais, o que acaba por produzir a alienação tanto do professor quanto do aluno referente ao fim do seu trabalho (CARVALHO, 2004).

São perceptíveis mecanismos de exclusão e controle no cotidiano da escola, nos diversos tempos e espaços escolares, por meio do que é falado e não falado, afirmado e negado, por intermédio das práticas pedagógicas, da organização curricular, do processo formativo do docente e na sobreposição de um único saber: o científico, como o legítimo e credível (PIMENTEL; ARAÚJO, 2011).

Portanto, a escola é, sem dúvida, um espaço em que as dicotomias saber científico/saber ordinário e colonizador/colonizado estão presentes, podendo ser, então, uma zona de contato, onde todas as desigualdades, formas de poder e universos simbólicos estão presentes. Dessa forma, pode-se afirmar que é um espaço propício para o procedimento de tradução, com vistas à uma construção da emancipação e libertação dos sujeitos.

Como afirma Santos (2004), a tradução tem como escopo criar uma justiça cognitiva a partir da imaginação epistemológica. A tradução entre prática e seus agentes tem por foco a criação de condições para uma justiça social global com fundamento na imaginação democrática.

A escola, em uma perspectiva plural e democrática, possibilita caminhos e invenção no cotidiano escola, com a compreensão de que ela é um

espaço social permeado de inexistências produzidas e possibilidades negadas, sendo urgente um esforço para o trabalho de tradução dos saberes vivenciados pelos diferentes grupos sociais e culturais presente em seu ambiente, com a identificação das ausências, a multiplicação das emergências e a promoção do diálogo recíproco dos saberes, possibilitando a construção de uma prática pedagógica contra-hegemônica, contrária às experiências sociais desperdiçadas como um desafio à razão indolente (PIMENTEL; ARAÚJO, 2011).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve ensaio, foi possível compreender a escola como uma zona de contato para a tradução das emergências à luz do pensamento de Boaventura de Sousa Santos.

Para tanto, a discussão da sociologia das ausências e sociologias da emergência fundamentou a percepção de que a globalização hegemônica impõe um modelo excludente e totalizador, sendo que as chamadas Epistemologias do Norte reconhecem apenas os saberes oriundos da ciência moderna como verdadeiros. Todavia, há uma ecologia de saberes, que podem conviver sob uma perspectiva de complementaridade.

A sociologia das ausências traz à lume o que está oculto pelo capitalismo globalizante, dando voz e vida a saberes, pessoas, grupos sociais marginalizados e excluídos. O ausente pode se tornar presente. Pode ser ativo e protagonista de sua própria história.

Para tanto, a sociologia das emergências possibilita a elaboração de propostas concretas de alternativas para a globalização neoliberal. É uma forma de combater a razão proléptica, trazendo um futuro distante e nunca alcançável para o presente. É uma possibilidade real de emancipação social, como superação da regulação.

A trabalho de tradução, por sua vez, como bem aponta Santos (2002), complementa a sociologia das ausências e das emergências, pois a segunda amplia consideravelmente o quantitativo e a diversidade das experiências disponíveis, criando inteligibilidade, coerência e articulação no mundo múltiplo e diversificado. É ao mesmo tempo um trabalho intelectual e um trabalho político. Também é emocional, vez que exige certo inconformismo diante da carência decorrente do caráter incompleto ou deficiente de determinada prática ou saber.

Percebe-se, assim, que a tradução é essencial para a definição de um futuro factível, calcado em um modelo alternativo, com a participação popular por meio de decisões democráticas e que permitam a emancipação social.

As zonas de contato são campos sociais como movimentos sociais, sindicatos, organizações não-governamentais, simpósios mundiais entre outros. A escola está inserida neste universo, pois representa o local de encontro das forças antagônicas, que ao entrarem em conflito, constroem o diálogo para a transformação social.

Dessa forma, a escola deve ser vista como um espaço social em que são identificadas ausências e potencializadas as emergências, promovendo o diálogo entre os saberes dito eruditos e populares, bem como mitigando a relação colonizador/colonizado.

A escola é mediadora dos conflitos sociais e articuladora dos saberes no sentido de dar propulsão à emancipação e transformação social, promovendo, inclusive, como ressaltam Pimentel e Araújo (2011), o encontro entre o senso comum e o saber científico, com a possibilidade de complementaridade entre ambos, buscando a superação da fragmentação e da hierarquização criada pela ciência moderna.

Trata-se, enfim, realmente de uma transição paradigmática em que todos os agentes sociais envolvidos no campo educacional devem estar imbuídos deste espírito de indignação e vontade de mudança, mas, ao mesmo tempo, com criatividade para criar alternativas à globalização neoliberal, com a tradução cotidiana das emergências para a um futuro próximo mais justo, equânime, solidário e fundamentado na democracia, alteridade e respeito mútuo.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, J. M. Do projeto às estratégias/táticas dos professores como profissionais necessários aos espaços-tempos da escola pública brasileira. In: _____ (Org.). *Diferentes perspectivas da profissão docente na atualidade*. Vitória: EDUFES, 2004. p. 9-45.
- FERRARINI, Adriane V. *Pobreza: possibilidades de construção de políticas emancipatórias*. São Leopoldo: Oikus, 2008.
- MACHADO, Carlos José Saldanha; MELLO, Maristela Barenco Corrêa de; BRANQUINHO, Fátima. Uma aproximação teórica entre os postulados do ideal de sustentabilidade e a Sociologia das Ausências de Boaventura de Sousa Santos. *G&DR* v. 8, n. 1, p. 288-310, jan-abr/2012, Taubaté, São Paulo.
- MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. Karl Polanyi e o “Grande Debate” entre substantivistas e formalistas na antropologia econômica. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 1 (44), p. 165-195, abr. 2012.
- PEREIRA, Marcus Abílio; CARVALHO, Ernani. Boaventura de Sousa Santos: por uma gramática do político e do social. *Lua Nova*, São Paulo, 73: 45-58, 2008.
- PIMENTEL, Ângela Rodrigues Dias; ARAÚJO, Gustavo Henrique. Boaventura de Sousa Santos e a educação. *Pró-Discute: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Progr. Pós-Grad. Educ.*, Vitória-ES, v. 17, n. 2, jul./dez. 2011.
- PIZZIO, Alex; VERONESE, Marília Veríssimo. Possibilidades conceituais da sociologia das ausências em contextos de desqualificação social. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2008, vol. 11, n.1, pp. 51-67.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 63. Outubro 2002: 237-280.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002b.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum: a ciências, o direito e a política na transição paradigmática*. V. 1. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2002c.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Poderá o direito ser emancipatório. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 65. Maio 2003: 3-76.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2004b.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Fórum social mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. Tradução Mouzar Bedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os direitos humanos na zona de contacto entre globalizações rivais. *Cronos*, Natal-RN, v. 8, n. 1, p. 23-40, jan./jun. 2007-b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Sara Maria de Andrade. A “sociologia das ausências” como uma nova racionalidade para o conhecimento: breves considerações sobre o campo da mídia e do direito como monoculturas hegemônicas. *Revista da FARN*, Natal, v. 6, n. ½, p. 21-32, jan/dez. 2007.